ISSN: 2358-8829

ECOANSIEDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REPERCUSSÕES EMOCIONAIS E DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA ESCOLAR

Vera Lucia de Sousa Lima [1]
Anice de Souza Moura [2]

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas constituem um dos principais desafios socioambientais da contemporaneidade, com repercussões que ultrapassam a dimensão ecológica e alcançam as condições de vida, as relações sociais e a saúde mental. A intensificação de eventos climáticos extremos, a degradação ambiental e as incertezas quanto ao futuro podem mobilizar sentimentos de medo, tristeza, preocupação e impotência, evidenciando as dimensões subjetivas e psicossociais da crise climática (Dias et al., 2025). Nesse cenário, a ecoansiedade tem recebido crescente atenção científica, sendo compreendida como uma experiência de preocupação e sofrimento emocional associada à degradação ambiental e às ameaças decorrentes das mudanças climáticas (Ferreira et al., 2026).

Embora a preocupação com o futuro ambiental seja uma resposta compreensível diante de ameaças concretas, sua intensidade e persistência podem afetar o bem-estar e o cotidiano. Essa questão merece atenção na infância e na adolescência, etapas marcadas pela construção da identidade, da autonomia, dos vínculos sociais e das perspectivas de futuro. A percepção das ameaças ambientais por crianças e adolescentes é atravessada por experiências familiares, sociais e educativas, bem como pelas condições socioambientais de seus territórios (Barros, 2018; Farias, 2022). Além disso, as desigualdades sociais e ambientais podem ampliar a exposição de determinados grupos a eventos extremos, perdas territoriais e situações de vulnerabilidade, repercutindo também em suas experiências emocionais.

[1] Graduada pelo Curso de Psicologia da ULBRA Palmas - TO, especialista em Pensamento Sistêmico, veralima.psico@gmail.com;
[2] Graduada pelo curso de Pedagogia pela Universidade Estadual do Tocantins. Bacharel em Direito. Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Tocantins. Atual Secretária Municipal de Educação de Palmas - TO, anice22@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

No contexto brasileiro, os eventos climáticos extremos e a degradação ambiental reforçam a necessidade de compreender as relações entre ambiente, sociedade e saúde mental. Essa discussão ultrapassa as respostas individuais, pois a crise climática envolve dimensões políticas, econômicas, culturais e territoriais. Nessa perspectiva, abordagens críticas, como o ecofeminismo, a valorização dos saberes tradicionais e a agroecologia, ampliam o debate sobre desigualdades socioambientais, relações entre sociedade e natureza e possibilidades coletivas de resistência e cuidado (Dantas et al., 2026).

A escola, como espaço de aprendizagem, socialização e construção de vínculos, ocupa posição relevante diante desses desafios. Além de promover conhecimentos ambientais, constitui um contexto no qual crianças e adolescentes interpretam informações, compartilham experiências e constroem sentidos sobre o mundo e o futuro. Pode, portanto, favorecer o diálogo, a expressão de sentimentos e a participação estudantil, articulando educação ambiental e formação integral. Essa perspectiva está alinhada à Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/1999, que estabelece a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional (Brasil, 1999).

Nesse contexto, a Psicologia Escolar pode contribuir para compreender as repercussões emocionais da crise climática e fortalecer as condições institucionais de acolhimento e cuidado. Sob uma perspectiva sistêmica, considera que as experiências dos estudantes são constituídas nas relações com a família, a escola e a comunidade. Assim, a atenção às preocupações e ao sofrimento relacionados às questões ambientais deve contemplar não apenas as necessidades individuais, mas também os vínculos, o pertencimento e os recursos de apoio disponíveis no ambiente escolar (Silva, 2025).

Apesar da crescente atenção à relação entre mudanças climáticas e saúde mental, ainda é necessário aprofundar a discussão sobre as repercussões da ecoansiedade na infância e na adolescência, especialmente no contexto da educação básica e da atuação da Psicologia Escolar. Essa aproximação permite refletir sobre como as instituições educativas podem acolher as preocupações ambientais sem patologizar respostas emocionais legítimas, minimizar a gravidade da crise climática ou atribuir às novas gerações responsabilidades que são coletivas e estruturais (Ferreira et al, 2026)..

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar as implicações da ecoansiedade para o desenvolvimento socioemocional de crianças e adolescentes e discutir as contribuições da Psicologia Escolar para o fortalecimento da capacidade

ISSN: 2358-8829

institucional das escolas diante da crise climática. A partir da literatura consultada, busca-se refletir sobre possibilidades de atuação que articulem acolhimento psicossocial, fortalecimento de vínculos, educação ambiental e participação coletiva.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório-descritivo, fundamentada na análise de produções científicas sobre ecoansiedade, repercussões psicossociais das mudanças climáticas e possibilidades de atuação da Psicologia Escolar. A abordagem adotada busca compreender o fenômeno em suas dimensões emocionais, sociais e educacionais, articulando contribuições teóricas e empíricas pertinentes aos objetivos da investigação (Gil, 2027; TAKO; KAMEO, 2023) .

O levantamento bibliográfico contemplou publicações em língua portuguesa, disponíveis entre 2018 e 2026, mediante consultas à Scientific Electronic Library Online (SciELO), à base de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), à Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Também foram consultadas páginas eletrônicas de periódicos científicos e repositórios institucionais. A busca foi orientada pelas palavras-chave ecoansiedade, saúde, Psicologia, educação e prevenção, considerando também termos e expressões relacionados à ansiedade climática, às mudanças climáticas e às repercussões emocionais da crise ambiental.

A seleção das publicações ocorreu de maneira exploratória, considerando a disponibilidade dos textos na íntegra, a pertinência temática e sua contribuição para os objetivos do estudo. Foram priorizados trabalhos que abordassem as repercussões emocionais das mudanças climáticas, especialmente na infância e na adolescência, as relações entre crise ambiental e saúde mental e as possibilidades de acolhimento nos contextos educativos. Também foram consideradas produções que, embora não investigassem diretamente a população infantojuvenil, oferecessem fundamentação teórica relevante para a compreensão da ecoansiedade, da educação ambiental e da atuação da Psicologia nos espaços institucionais. Foram desconsideradas publicações duplicadas ou que não apresentassem contribuição significativa para a discussão proposta.

ISSN: 2358-8829

O material selecionado foi examinado por meio de leitura interpretativa, considerando as especificidades e os limites das contribuições de cada publicação. Para tanto, foram diferenciados os estudos que abordavam diretamente crianças e adolescentes daqueles utilizados como fundamentação teórica complementar, evitando generalizar para a população infantojuvenil resultados provenientes exclusivamente de pesquisas com adultos ou estudantes do ensino superior. A análise buscou identificar aproximações, contribuições e lacunas na literatura consultada, articulando as dimensões emocionais, socioambientais e educacionais às possibilidades de atuação da Psicologia Escolar na educação básica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ecoansiedade compreende experiências de preocupação, apreensão e sofrimento emocional relacionadas às mudanças climáticas e à degradação ambiental. Pode manifestar-se por sentimentos de medo, tristeza, angústia, impotência e insegurança diante das ameaças socioambientais e das incertezas quanto ao futuro. Embora não constitua, por si só, um transtorno mental, pode repercutir no bem-estar psicológico e nas perspectivas de futuro dos indivíduos, evidenciando que a crise climática também apresenta dimensões subjetivas e psicossociais (Gil, 2024; Rust, 2026).

Nesse contexto, é importante distinguir a preocupação ambiental, compreendida como resposta legítima diante de ameaças concretas, de experiências persistentes de sofrimento que podem comprometer o cotidiano. Essa diferenciação evita a patologização de sentimentos relacionados a problemas socioambientais reais e permite compreender a ecoansiedade para além de uma perspectiva individual. Suas manifestações também são atravessadas pelas condições sociais, culturais e territoriais, pelas situações de vulnerabilidade e pelos recursos de apoio disponíveis (Rust, 2026).

Na infância e na adolescência, essa problemática assume particular relevância em razão das especificidades dessas etapas do desenvolvimento, marcadas pela construção da identidade, da autonomia, dos vínculos sociais e das perspectivas de futuro. A percepção das ameaças ambientais pode influenciar o sentimento de segurança e a maneira como crianças e adolescentes compreendem o mundo e projetam suas possibilidades futuras. Essas experiências, contudo, não são homogêneas, pois

dependem das vivências familiares e comunitárias, do acesso à informação e das condições socioambientais. Barros (2018), ao investigar o posicionamento de adolescentes diante das mudanças climáticas e dos estilos de vida sustentáveis, contribui para compreender as percepções juvenis sobre a crise ambiental, embora sua pesquisa não investigue especificamente a ecoansiedade.

A circulação de informações sobre desastres climáticos, perdas ambientais e projeções preocupantes para o futuro também participa da construção dessas experiências. Quando não acompanhada de oportunidades de diálogo e compreensão, a exposição a tais informações pode contribuir para sentimentos de medo e impotência. Essas repercussões podem ser intensificadas quando crianças e adolescentes vivenciam diretamente situações de vulnerabilidade ou eventos extremos. No contexto escolar, tais preocupações coexistem com outras demandas emocionais, sociais e relacionais, exigindo uma compreensão contextualizada e evitando associações automáticas entre ecoansiedade, dificuldades de aprendizagem e alterações comportamentais (Mattos; Diello, 2025).

O desenvolvimento socioemocional envolve o reconhecimento e a expressão das emoções, a construção de vínculos de confiança, o sentimento de pertencimento, a cooperação e a capacidade de lidar com situações adversas. Diante da crise climática, também pressupõe oportunidades para que crianças e adolescentes compreendam os problemas socioambientais e participem de iniciativas coletivas, sem assumir individualmente responsabilidades de dimensão global. Nesse sentido, ações educativas voltadas à empatia, à resiliência e à gestão das emoções podem favorecer ambientes escolares acolhedores e contribuir para o desenvolvimento dos estudantes (Amaral et al., 2026).

A escola constitui um espaço estratégico de socialização, aprendizagem e formação, no qual os estudantes compartilham experiências e constroem conhecimentos e valores. Sua atuação diante da crise climática pode ultrapassar a transmissão de informações ambientais, incorporando a reflexão crítica, a expressão das emoções e a participação estudantil. Essa perspectiva encontra respaldo na Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/1999, que estabelece a educação ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional (Brasil, 1999). Assim, as práticas educativas podem favorecer a compreensão das causas e

ISSN: 2358-8829

consequências dos problemas socioambientais, articulando cidadania, responsabilidade coletiva e participação social.

Essa abordagem também requer aproximar os processos educativos das realidades territoriais e das experiências comunitárias. Venção (2025), ao discutir a educação ambiental crítica e a relação entre escola e comunidade, contribui para essa compreensão. Duarte (2024), por sua vez, amplia a reflexão ao abordar dimensões pessoais, sociais, socioambientais e ecoespirituais da educação ambiental. Essas contribuições permitem reconhecer a importância de práticas que articulem conhecimento, pertencimento e reflexão sobre as relações entre sociedade e natureza. A participação estudantil, nesse processo, deve reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos capazes de expressar percepções e contribuir para ações coletivas, sem transferir a eles a responsabilidade pelo enfrentamento de problemas estruturais.

As desigualdades socioambientais também precisam ser consideradas, uma vez que a exposição a eventos extremos, a degradação dos territórios e o acesso desigual a recursos de proteção produzem experiências distintas entre as populações. Dantas et al. (2026), ao discutirem a ecoansiedade no contexto do Antropoceno e da agroecologia, contribuem para relacionar o sofrimento diante da crise ambiental aos modos de organização social e às relações estabelecidas com a natureza. Nessa direção, Prado (2026), ao defender a ecologização da Psicologia Educacional como compromisso ético-político, amplia a discussão sobre as relações entre saúde mental, desigualdades socioambientais, território e pertencimento. Desse modo, a ecoansiedade não deve ser compreendida como experiência homogênea ou desvinculada das condições concretas de existência.

No contexto escolar, o acolhimento das preocupações ambientais demanda espaços de escuta e diálogo, nos quais os estudantes possam compartilhar experiências e ampliar sua compreensão sobre a crise climática. Essas iniciativas devem reconhecer a legitimidade das manifestações emocionais, sem minimizar os problemas ambientais ou recorrer a discursos alarmistas. Também é necessário compreender que a promoção do cuidado não constitui responsabilidade exclusiva da escola. A articulação com famílias, comunidade e serviços públicos pode favorecer a identificação de necessidades e a continuidade do cuidado quando as situações ultrapassarem as possibilidades de acompanhamento no contexto educativo. A promoção de ambientes escolares saudáveis pressupõe, portanto, ações compartilhadas e intersetoriais (Rocha et al., 2025).

ISSN: 2358-8829

A Psicologia Escolar pode contribuir para essa discussão ao considerar as repercussões emocionais da crise climática em suas dimensões sociais, ambientais e institucionais. Sob uma perspectiva sistêmica, compreende que as experiências dos estudantes são constituídas nas interações com a família, a escola, a comunidade e o território. Essa leitura permite considerar a influência dos vínculos, das condições de pertencimento, das formas de comunicação e dos recursos de apoio sobre o desenvolvimento socioemocional. Silva (2025), ao abordar as relações entre mudanças climáticas, saúde mental e competências socioemocionais no ensino básico, oferece contribuições para essa aproximação entre questões ambientais e processos educativos.

Assim, a atuação da Psicologia Escolar não se limita à identificação de manifestações individuais de sofrimento, abrangendo também a análise das relações e das condições institucionais que favorecem ou dificultam o acolhimento. Entre suas possibilidades estão a criação de espaços de escuta, a colaboração com a formação dos profissionais da educação e o desenvolvimento de ações articuladas à educação ambiental e à participação estudantil. Essas iniciativas devem considerar as diferentes etapas do desenvolvimento e as realidades socioculturais da comunidade escolar, sem transformar toda manifestação de medo, tristeza ou preocupação em uma demanda clínica.

É importante reconhecer, ainda, os limites da atuação da Psicologia Escolar, que não substitui os serviços especializados quando necessários nem assume isoladamente a responsabilidade pelo enfrentamento do sofrimento emocional. Sua contribuição consiste em favorecer a compreensão contextualizada das demandas, fortalecer os recursos institucionais de cuidado e colaborar com práticas educativas comprometidas com o desenvolvimento e a proteção dos estudantes. Desse modo, as repercussões da ecoansiedade na infância e na adolescência exigem uma abordagem que integre as dimensões emocionais, sociais, ambientais e educacionais, reconhecendo a escola como espaço de formação, convivência, acolhimento e participação coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura permitiu compreender a ecoansiedade como uma temática relevante para a discussão das relações entre crise climática, saúde mental, desenvolvimento socioemocional e educação, especialmente em relação às experiências

ISSN: 2358-8829

de crianças e adolescentes. As preocupações com a degradação ambiental e as incertezas quanto ao futuro podem envolver sentimentos de medo, tristeza, insegurança e impotência, que não devem ser automaticamente interpretados como sinais de adoecimento psíquico. Sua compreensão exige considerar as experiências vivenciadas, as condições de vida e os recursos de apoio disponíveis.

Na infância e na adolescência, essas preocupações assumem particular relevância diante dos processos de construção da identidade, dos vínculos sociais e das perspectivas de futuro. As informações sobre a crise climática e as experiências nos territórios influenciam a maneira como esses sujeitos compreendem o ambiente e suas possibilidades de futuro. Por isso, é importante garantir espaços de expressão, diálogo e participação, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos capazes de contribuir para a construção de respostas coletivas.

A literatura também evidencia que as repercussões emocionais da crise climática estão relacionadas às desigualdades socioambientais e às diferentes condições de exposição, proteção e enfrentamento. No contexto brasileiro, os impactos ambientais não são distribuídos igualmente entre as populações, sendo atravessados por fatores econômicos, territoriais e sociais. Assim, a ecoansiedade precisa ser compreendida para além da dimensão individual, considerando os processos que condicionam as experiências das comunidades (Costa; Roldão; Verrangia, 2025).

Nesse cenário, a escola constitui um espaço relevante de formação, convivência e participação coletiva. Sua atuação não deve se limitar à transmissão de informações ou a ações pontuais de conscientização, mas integrar conhecimentos científicos, experiências dos estudantes, educação ambiental crítica e desenvolvimento socioemocional. É importante abordar a crise climática sem minimizar sua gravidade ou recorrer a discursos alarmistas, favorecendo a compreensão da realidade e o reconhecimento das responsabilidades coletivas.

A Psicologia Escolar, orientada por uma perspectiva sistêmica, pode contribuir para o fortalecimento das condições institucionais de acolhimento e cuidado. Isso envolve compreender as manifestações emocionais em relação aos contextos familiares, escolares e comunitários, promover espaços de escuta e diálogo, colaborar com a formação de professores e gestores e favorecer práticas educativas contextualizadas. Sua atuação também pode contribuir para a articulação entre escola, famílias e serviços da rede de proteção e de saúde, respeitando as atribuições de cada setor. Dessa forma,

não se restringe à identificação de necessidades individuais, mas contempla as relações, os vínculos e os recursos coletivos de apoio.

Apesar das contribuições identificadas, a produção científica brasileira sobre ecoansiedade na infância e na adolescência ainda demanda ampliação, especialmente quanto às experiências de estudantes da educação básica e às possibilidades de atuação da Psicologia Escolar. São necessárias investigações que considerem as percepções de crianças e adolescentes, as desigualdades socioambientais e as relações entre preocupações climáticas, desenvolvimento socioemocional e experiências escolares.

Como limitação, destaca-se a natureza bibliográfica do estudo, cujas considerações decorrem da análise das publicações consultadas. As possibilidades de atuação apresentadas constituem reflexões teóricas, não correspondendo a intervenções implementadas ou empiricamente avaliadas. Pesquisas futuras poderão investigar as percepções de estudantes e profissionais da educação, bem como analisar a implementação e as contribuições de práticas institucionais de acolhimento e prevenção em diferentes realidades escolares.

Conclui-se que a compreensão da ecoansiedade na infância e na adolescência exige abordagens que integrem as dimensões emocionais, sociais, ambientais e educacionais. Nesse contexto, a Psicologia Escolar pode colaborar para a construção de respostas institucionais éticas, contextualizadas e não patologizantes, articulando acolhimento, fortalecimento de vínculos, educação ambiental e participação estudantil. Mais do que preparar crianças e adolescentes para lidar individualmente com as incertezas do futuro, é necessário reconhecer suas experiências e fortalecer as responsabilidades coletivas na construção de condições de vida mais justas, sustentáveis e protetivas.

Palavras-chave: Ecoansiedade, Saúde, Psicologia, Educação, Prevenção.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Patricia Karolaine Domingues; ASSIS, Alyne Terra de; PRIETO, Edna Margarita Pardo; SANCHES, Carina da Paixão Costa; CARDOSO, Raimunda Neia Mendes; LEITE FILHO, Boaventura da Silva; GOTTWITZ, Cledir Aparecida; FROTA, Rayana Silva; ARAÚJO, Rogério Celestino; VARELA, Talitha Munique Cibrão dos Santos; PEREIRA, Josevan Lima; GONÇALVES, Neudson Rosa; MARIA, Andrea Marques de; ABRANTES, Josileny da Silva; VEIGA, Rose Cristina. **Estratégias para**

desenvolver resiliência, empatia e gestão de ansiedade no ambiente escolar. In: Cuidado e Saúde Mental no Contexto Educacional. [S. l.]: Aurum Editora, 2026. p. 32–44. DOI: https://doi.org/10.63330/aurumpub.056-002.

BARROS, Hellen Chrystianne Lúcio. **Posicionamento de adolescentes sobre mudanças climáticas e estilos de vida sustentáveis: (re)significando o planeta e o futuro?** 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. 301 p.

BERNARDES, Giovana. **Entre saberes e discursos: percepções de graduandos sobre a crise climática e educação ambiental** 2025. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura, proposto pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, para a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. São Carlos/SP 2025.

BRASIL (1999) – **Lei nº 9.795/1999**, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

COSTA, Ana Luiza Júdice; ROLDÃO, João Marcos Leão; VERRANGIA, Douglas. **Ecoansiedade e práxis libertadora: olhares críticos à educação político-ambiental.** Psicologia USP, São Paulo, v. 36, e240078, 2025. Disponível em: https://revistas.usp.br/psicousp/pt_BR/article/view/243521/219313. Acesso em: 8 nov. 2026.

DANTAS, Andréia Bárbara Serpa; LACERDA, Francinete Francis; SILVA, Neura Mendes da; LIRA, Wagner Lins. **Ecoansiedade no Antropoceno: desafios e possibilidades diante da crise climática. Cadernos de Agroecologia,** v. 21, n. 1, 2026. Anais do 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, Juazeiro, BA, 2026. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/11192.

DIAS, Ana Paula Vieira da Costa; ALINCY, Bethune Ulrick; FARIAS, Marcela Kelly Primo; TAKANO, Miyako Andrea Ferreira; MIGUEZ, Sâmia Feitosa; NINA, Socorro de Fátima Moraes; LEMOS, Sônia Maria. **Repercussões psicossociais das mudanças climáticas na população rural: uma revisão integrativa.** In: IV Congresso Internacional Ambiente e Sustentabilidade (IV CIAS 2025). [S. l.]: Editora Científica, 2025. v. 2, cap. 6, p. 104–123. DOI: https://doi.org/10.37885/251220928.

DUARTE, Alisson José Oliveira et al. **Educação ambiental quadridimensional: uma proposta didática sob a perspectiva da Ecologia Humana**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2024.

FARIAS, Alexandra Cavalcante de. **O futuro importa: uma investigação exploratória da relação entre orientação de futuro e a percepção das mudanças climáticas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

FERREIRA, R. A. .; CUNHA, P. P. da .; ARAÚJO, M. E. R. de .; SILVA, D. C. O. da . **Clima e afeto: sofrimento psicossocial discente, ecoansiedade e vulnerabilidade hídrica no Semiárido brasileiro.** REVISTA FACULDADE FAMEN | REFFEN | ISSN

2675-0589, *[S. l.]*, v. 7, n. 2, p. 281–316, 2026. DOI: 10.36470/famen.2026.r7a17. Disponível em: https://revistafamen.com.br/index.php/revistafamen/article/view/238. Acesso em: 8 nov. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 208 p. ISBN 978-65-5977-163-9./

GIL, Tiago Miguel Tavares de Oliveira. **Preocupação Ambiental, Emoções Associadas aos Problemas Ecológicos e Ação Pelo Ambiente: Resultados de uma Amostra de Estudantes do Ensino Superior.** 2024. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra (Portugal).

MATTOS, Flávia Cardozo de; DIELLO, Maria Luiza (org.). **Entre rios e ruínas: a psicologia diante do desastre socioambiental no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre: Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2025. E-book.

PRADO, Renata Lopes Costa. **"Ecologizar" a Psicologia Educacional como Compromisso Ético-Político.** Psicologia da Educação, *[S. l.]*, v. 1, n. 59, p. 16–25, 2026. DOI: 10.23925/2175-3520.2025i59p16-25. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/75311.

ROCHA, Gláucia Silva; SANTOS, Sara Leandro; TABOADA, Margaret Maria de Siqueira; ARAÚJO, Renata Bernardo; PACHECO, Fernanda Ventorim; RIZO, Walace Fraga. **Educação e promoção da saúde: estratégias para ambientes escolares saudáveis.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 11, n. 12, p. 6445–6458, 22 dez. 2025. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v11i12.23476. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/pt_BR/article/view/23476.

RUST, Mary Jayne. **Ecopsicoterapia**. Editora Vozes, 2026.

SANTOS, Letícia Grigoletto dos. **Eventos climáticos extremos, trauma e aprendizagem: desafios contemporâneos para a educação.** Revista Entre Normas e Práticas, p. 101. Vol. 1 | Nesp. 1 | 2026 Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul - CEEd/RS.

SILVA, Marcos Eduardo Oliveira da. M**udança climática e saúde mental: competências socioemocionais no ensino básico.** 2025. Dissertação (Mestrado em Rede Nacional para o Ensino de Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025.

TAKO, Karine Vaccaro; KAMEO, Simone Yuriko (org.). **Metodologia da pesquisa científica: dos conceitos teóricos à construção do projeto de pesquisa**. Campina Grande: Editora Amplla, 2023. 70 p. ISBN 978-65-5381-111-9. DOI: https://doi.org/10.51859/amplla.mpc119.1123-0.

VENÇÃO, Karisa Katiele Lima. **Educação ambiental crítica e agroecologia, para que e para quem? Interação entre a Escola Municipal Vale do Amanhecer e**

comunidade distrital no município de Goiás-GO. 2025. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Goiás (Brasil).